

A construção de uma tradição familiar para Constâncio II a partir dos modelos e antimodelos de Aurélio Victor

Janira Feliciano Pohlmann¹

Resumo

Diante do cenário de usurpações vivido no Mundo Romano nos séculos III e IV d.C., nota-se a constante necessidade de legitimar o poder do governante do *imperium romanorum* em contraposição ao ilegítimo. Movido por essa missão, muitos membros da aristocracia dedicaram seus esforços na fundamentação da imagem imperial. Um dos envolvidos nessa empreitada foi o historiador Sexto Aurélio Victor, o qual destinou sua pena a tarefa de escrever o *Liber de Caesaribus*, dedicado ao então *imperator* Constâncio II. Ao organizar seu paradigma de tirania e ressaltar os retos governos, Aurélio Victor esclarecia à aristocracia e aos governantes os caminhos que deveriam ser evitados ou percorridos, sob o ponto de vista de um aristocrático guardião das tradições romanas.

PALAVRAS-CHAVE: *Homo novus*; *Optimus princeps*; *Tyrannus*.

Abstract

The construction of a family tradition for Constantius II from the anti-example and example of Aurelius Victor

In a backdrop of usurpations lived in the Roman World in the III and IV centuries, there was the constant need to legitimize the power of the ruler's *imperium romanorum* as opposed to illegitimate. Driven by this mission, many members of the aristocracy dedicated to the grounds of the imperial image. One of those involved in this work was the historian Sextus Aurelius Victor, who devoted his pen to write of the *Liber de Caesaribus*, dedicated to then emperor Constantius II. When organizing your paradigm of tyranny and highlight the upright governments, Aurelius Victor clarified the aristocracy and the rulers roads that should be avoided or covered, from the point of view of an aristocratic guardian of roman tradition.

KEYWORDS: *Homo novus*; *Optimus princeps*; *Tyrannus*.

I. INTRODUÇÃO

As diversas conjunturas de crises nas esferas política, econômica, social e cultural, bem como a constante pressão externa que ameaçou a *civilitas* durante os séculos III e IV d.C.,² fizeram com que os *imperatores* fossem continuamente sucedidos, vítimas de golpes que expunham a fragilidade da própria figura imperial e, conseqüentemente, da pretensa hegemonia romana.³ Conforme Silva, apenas entre os anos 284 e 395 estabeleceram-se no *imperium romanorum* vinte e dois movimentos de usurpadores, ou seja, agitações de indivíduos que se contrapuseram aos *imperatores* considerados legítimos.⁴

Diante deste cenário de usurpações, percebeu-se a constante necessidade de certificar o poder do governante do *imperium romanorum*. A teoria emanada de um discurso legitimador tinha a intenção de consolidar um contexto que vinha sendo conquistado. Através da escrita, a prática se asseverava. Movido por essa missão, muitos membros da aristocracia dedicaram seus esforços à fundamentação da

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, na linha de pesquisa "Cultura e Poder", sob orientação do Prof. Dr. Renan Frighetto. Bolsista CAPES. Membro discente do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED). E-mail: janirapo@yahoo.com.br

² As datas apresentadas neste artigo referem-se à época posterior ao nascimento de Jesus Cristo, por isso não lançarei mão continuamente da expressão "d.C.". Quando se fizer necessário destacar algum acontecimento anterior a Cristo, enfatizarei com o enunciado "a.C.".

³ SILVA, Gilvan Ventura da; MENDES, Norma Musco. Diocleciano e Constantino: a construção do *Dominatus*. In: *Repensando o império romano: perspectiva sócio-econômica, política e cultural*. Gilvan Ventura da Silva; Norma Musco Mendes (orgs.). Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 201.

⁴ SILVA, Gilvan Ventura da. Interesses subjacentes e interesses manifestos no contexto das usurpações romanas (284-395 d.C.). In: *Phoinix*, Rio de Janeiro, nº 2, 1996, p. 91. Disponível em: <http://www.revistaphoinix.kit.net/Phoinix%201996/artigo007_1996.pdf>. Acesso em: 15/05/2009.

imagem imperial. Neste ínterim, o historiador tardo-antigo Sexto Aurélio Victor⁵ destinou sua pena à tarefa de escrever o “Liber de Caesaribus” (*Livro dos Césares*, ou, conforme o título da versão analisada neste trabalho, *Libro de los Césares*),⁶ no qual, entre outras intenções, o escritor buscou corroborar o governo de Constâncio II.

Quer tenha sido por vontade própria ou a pedido do então *imperator* Constâncio II, a quem o autor consagrou sua obra, Aurélio Victor dedicou-se à elaboração desse documento, possivelmente, entre os anos de 359 e 361. Dividida em quarenta e duas partes, a narrativa apresenta os retratos biográficos dos *imperatores* desde Otávio Augusto até Constâncio II, dispostos de maneira cronológica. O autor se dedicou a continuar a obra de Tito Lívio, intenção expressa já no subtítulo de sua obra: “[...] desde Otavio Augusto, ou seja, desde o final de Tito Lívio, até o décimo consulado de Constancio Augusto e terceiro de Juliano César.”

Entretanto, percebemos que Aurélio Victor se propôs a narrar os fatos imperiais de maneira distinta daquela levada a cabo por Lívio. Sob o título “Livro dos Césares de Aurélio Victor: Histórias Abreviadas”, o autor se apresentava decidido a escrever sua história de maneira resumida, como um *breviarium*. Desse modo, ele oferecia ao leitor pequenas biografias que combinavam ações de ordem pública e privada relativas aos governantes do universo romano.

2. AURÉLIO VICTOR: UM *HOMO NOVUS* NA ARISTOCRACIA ROMANA

Sexto Aurélio Victor nasceu na província de África, aproximadamente no ano de 320. Não se sabe exatamente quando se mudou para Roma, todavia, aparentemente, foi testemunha da angústia dos habitantes daquela cidade quando Constantino foi enterrado em Constantinopla, em 337. O próprio autor apresentou-se em sua obra como advindo do grupo dos *humiliores*:

Quo bonis omnibus ac mihi fidendum magis, qui rure ortus tenui atque indocto patre in haec tempora vitam praestiti studiis tantis honestiorem.

Todos os homens bons não de ter plena confiança nisto, especialmente eu, que, nascido em campo de pai pobre e inculto, alcancei uma vida bastante honrosa até este momento graças a tão honestos estudos.⁷

Filho de um campesino da província da África, sua origem humilde, entretanto, não o impossibilitou de ascender a uma importante carreira burocrática e social no contexto do *imperium romanorum*. Conforme o próprio autor advertia, tal vida honrosa foi conseguida graças aos esforços investidos em sua formação.

Diante da reorganização burocrática da administração do período tardo-antigo, levada a cabo especialmente por Diocleciano, Constantino e reatualizada por seus sucessores, essa sociedade presenciou a inserção de muitos *homines novi*. Personagens que, por seus empenhos, especializações e competências, ascenderam a cargos públicos criados durante a situação que se configurava em um período caracterizado por reelaborações como a Antiguidade Tardia. Estas mudanças adequaram as esferas administrativas do *imperium romanorum* a uma nova realidade da *Res Publica Romae* que clamava por mais defesas, recursos financeiros e uma administração eficiente para proporcionar tudo isso.

⁵ Apesar de muitos autores considerarem Aurélio Victor como um compilador, como é o caso da própria tradutora de seu *Liber de Caesaribus* para a língua espanhola, Emma Falque, optei por tratá-lo como historiador, da mesma forma que é apresentado por Amiano Marcelino: *scriptor historicus* (XXI 10, 6). AMIANO MARCELINO. *Historiae: liber vicesimus et unus*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/amianus/21.shtml#10>>. Acesso em: 05/05/2009

⁶ A versão da obra de Aurélio Victor utilizada para este estudo é: AURELIO VICTOR, Sexto. *Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1999. Contudo, também farei uso da versão latina, a fim de comparar expressões e compreender melhor o contexto: AURELIO VICTOR, Sexto. *Liber de Caesaribus Aurelii Victoris historiae abbreviatae: ab Augusto Octaviano, id est a fine Titi Livii, usque ad consulatum decimum Constantii Augusti et Iuliani Caesaris tertium*. Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/victor.caes.html#17>>. Acesso em: 07/05/2009.

⁷ AURELIO VICTOR, 20, 5.

Supõe-se que a prosperidade do norte de África, sob o governo de Constantino, tornou possível o investimento do pai de Aurélio Victor em sua educação. Sob esta perspectiva, são nítidos e elucidativos os elogios do autor às ações de Constantino, especialmente, no que se refere à África. De acordo com Aurélio Victor, após derrotar Maxêncio, no sexto ano de sua *tyrannia*,⁸ perto da Ponte de Milvio, no ano de 312, muitas edificações foram consagradas aos méritos de Constantino:

Estátuas, em sua maioria de ouro e prata, foram erguidas nos lugares mais frequentados; então em África foi decretado um sacerdócio para a família Flávia, e, uma vez reconstruída e adornada a cidade de Cirta, destruída durante o assédio de Alexandre, foi-lhe dada o nome de Constantina.⁹

As ações do governante, em prol do bem comum, do desenvolvimento do poderio romano, da salvaguarda da *aeternitatis Romae* e, conseqüentemente, das tradições, eram dignas de serem retribuídas com monumentos “físicos” (como estátuas de prata e ouro) e “simbólicos” (como o sacerdócio decretado a família Flávia e nomes de cidades). Aurélio Victor considerava que devido à promoção dos estudos e à mobilidade social e jurídica agenciada por Constantino, o escritor pôde integrar-se ao grupo daqueles que administravam o *imperium romanorum*. A correta educação, fundamentada no *mos maiorum*, e fomentada por Constantino, proporcionou a Aurélio Victor suas bases de formação e o caminho para participar e alcançar prestígio na vida pública.

Após demonstrar suas habilidades como escritor e conhecedor da história do *imperium romanorum*, com o *Liber de Caesaribus*, Aurélio Victor foi nomeado Governador da Segunda Panônia pelo *imperator* Juliano, em 361, e honrado com uma estátua de bronze, conforme assegura Amiano Marcelino.¹⁰ Chegou ao Consulado em 369 e, em 388 ou início de 389, assumiu a Prefeitura da Cidade de Roma, sob designação do *imperator* Teodósio. Com tal cargo chegou à condição de *uir clarissimus*, o que significa dizer que passou a integrar o Senado.

Longe da intenção de limitar o *Liber de Caesaribus* como um determinado gênero literário, a historiografia o classifica como *epitome* (termo grego) ou *breviarium* (latino). Por vezes a distinção foca-se apenas em uma questão de gosto: opção pelo termo em grego ou latim. Outros pesquisadores preferem utilizar o título *breviarium* para designar uma síntese pessoal procedente de várias outras obras, enquanto o *epitome* refere-se ao resumo de uma única obra já elaborada.¹¹ Caso optasse a partir destas distinções de gênero literário, chamaria o *Liber de Caesaribus* de *breviarium*, pois é perceptível que Aurélio Victor lançou mão de distintas obras na elaboração da sua, como nos aponta ao escrever sobre Nero: “ainda que existam *escriptores que sustentem diversas opiniões*, eu declaro que isto é verdade”.¹² Contudo, não estabeleço diferenciação entre os termos e prefiro valer-me do termo latino (*breviarium*), uma vez que a obra foi escrita neste universo. Ainda em tempo, o próprio autor afirmou na primeira frase de seu texto que apresentava ali *historiae abbreviatae*.¹³ A expressão vem imbuída de duas intenções do escritor: compor, *resumidamente*, a História de Roma; e posicionar Aurélio Victor como historiador.

Todavia, enfatizo a dificuldade de cingir essa ou outras obras produzidas ao longo da Antiguidade Tardia. É certo: cada gênero possuía suas especificidades. Apesar disso, os contatos permanentes entre eles e as múltiplas relações estabelecidas dentro do círculo dos homens de saberes e, concomitante-

⁸ AURELIO VICTOR, 40, 23: “[...] *interceptus est tyrannidis anno sexto*”.

⁹ AURELIO VICTOR, 40, 28.

¹⁰ AMIANO MARCELINO, *Historiae*, XXI 10,6. “*Ubi Victorem apud Sirmium visum scriptorem historicum exindeque venire praeceptum, Pannoniae secundae consularem praefecit et honoravit aenea statua, virum sobrietatis gratia aemulandum, multo post urbi praefectum.*”“(Juliano) ordenou que o historiador Victor, que havia visto em Sirmium, fosse (a Nice). Então, o nomeou consular da Segunda Panônia e honrou com uma estátua de bronze este homem de grande *sobrietas*, que muito mais tarde tornou-se Prefeito da Cidade (de Roma)”. (T.A.)

¹¹ FALQUE, Emma. Introducción. In: AURELIO VICTOR, Sexto. *Libro de los Césares*. Introducciones, traducción y notas de Emma Falque. Madrid: Editorial Gredos S.A., 1999, p. 19.

¹² AURELIO VICTOR, 5, 9. (Os grifos são meus.)

¹³ AURELIO VICTOR, 1, 1.

mente, entre esses homens e seu público, permitiam trocas, apropriações, aproximações literárias – reelaborações típicas do período tardo-antigo. Dita situação fomentava, no ambiente literário, a produção de obras com algumas marcas dominantes, mas permeadas por um ou mais gêneros secundários.

A escolha de Aurélio Víctor por *historiae abbreviatae* vinha ao encontro das demandas do público do século IV. Durante os séculos IV e V houve uma difusão de obras escritas, período considerado por Cavallo como a grande revolução da história do livro antes da imprensa.¹⁴ O rolo de tradição helenística (*volumen*) perdeu espaço para o códice romano (*codex*), mais fácil de ser manuseado e lido. Os novos ricos, que até então não tinham tido a oportunidade de serem refinados pela cultura, aproveitaram essa ocasião para aprender com os escritos eruditos e apurar seus saberes e ações. Esses leitores tinham sede de conhecimento, contudo, desejavam conhecer o “essencial”, poderíamos dizer que buscavam “os mais importantes acontecimentos” da história dos romanos e os encontravam nos *breviaria*. Além disso, o ensino que fundamentava a formação dos *homines novi* necessitava de manuais, função também preenchida por essas histórias abreviadas.

Aurélio Víctor percorreu um caminho de glórias devido sua dedicação aos estudos, principalmente quando observada sua situação de filho de um *colonus* e seu papel de estrangeiro. Preparou-se incansavelmente para, enfim, assumir responsabilidades pertinentes aos integrantes do círculo de poder romano e, como membro desta corte imperial, uma de suas tarefas era reafirmar constantemente a legitimidade do *imperator*, bem como auxiliar esse governante na reta administração do *imperium romanorum* e na preservação do bem comum.¹⁵ Um duplo encargo: escritor de discursos dos quais emanavam a legalidade e a força do governante e de Roma; e conselheiro imperial.

3. CONTRAPOSIÇÕES: O *OPTIMUS PRINCEPS* E O *TYRANNUS*

Em tempos de conflitos internos, desavenças religiosas e ameaças externas (impostas especialmente pelos bárbaros), as forças atuantes no *orbis romanorum* do século IV redefiniram a unidade imperial para manter seu reconhecimento e salvaguardar a Eternidade de Roma. Enquanto a linguagem e a produção literária se adaptavam a este contexto, elas também adequavam as teorias de poder às novas realidades edificadas e estabelecidas nesse período.

Ao longo dos séculos, os escritores apropriaram-se de inúmeros juízos morais e políticos para construir discursos legitimadores de suas ideias. Para alcançarem o público desejado e atingirem seus objetivos, esses textos, normalmente, eram pautados na comparação entre o que carecia de defesa e o que deveria ser negado, rejeitado. Esta prática, por sua vez, remonta ao Mundo Grego do século V a.C. Entre os vários modelos daquela época, destaca-se o debate entre os persas descrito nas *Historiae* de Heródoto e sua formulação da antítese isonomia e tirania. Sendo aquele o bom sistema político e este o ruim, indesejado.¹⁶

De volta ao Mundo Romano, o modelo de antítese predominante foi criado no século I d.C. pelo senador e orador Plínio, o Jovem. Com o intuito de distinguir aquele que exercia corretamente o poder daquele que o fazia erroneamente, Plínio elaborou um arquétipo de governante virtuoso e ideal, no *Panegírico de Trajano*, contrapondo este *imperator* aos vícios de Domiciano, o qual desejava ser *dominus* dos romanos. No cenário de usurpações dos séculos III e IV, os escritores romanos desse contexto lançaram mão do paradigma dos documentos de Plínio e fomentaram a antítese *optimus princeps* e *tyrannus*, a fim de legitimar a figura imperial.

¹⁴ CAVALLO, Guglielmo, Libros y público e afines de la Antigüedad, in: *Libros, editores y público en el Mundo Antiguo: Guía histórica y crítica*. Versión española de Juan Signes Codoñer. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 109 - 168.

¹⁵ A noção de “bem comum” já era defendida por Cícero na época clássica romana, mas remete ao antigo mundo grego, com as obras de Platão, Aristóteles, entre outros homens de saber.

¹⁶ Sobre este debate, consultar: PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo. Las formas del poder personal: la monarquía, la realeza y la tiranía. In: *Gerión*. vol. 25, nº 1, 2007, p. 127 - 166.

Imbuído da missão de fundamentar e reconhecer o poder de Constâncio II e, concomitantemente, com a finalidade de o instruir sobre as importantes ações desempenhadas pelos *imperatores* que o antecederam, Aurélio Victor dedicou-se ao seu *Liber de Caesaribus*. Ao exaltar as virtudes que transformavam o *imperator* em um cidadão especial e em um bom governante e ressaltar os vícios dos maus administradores, o autor não consagrou o tirano ao esquecimento, através da prática da danação da memória (*damnatio memoriae*) do mau governante, mas o transformou em um anti modelo. Na esteira de Tito Lívio, Aurélio Victor identificou *exempla* de boas e de más ações, sem se esquecer de enfatizar as respectivas recompensas e punições advindas dessas atitudes. Imediatamente, observamos o papel pedagógico da referida obra: alguns homens são exemplos de conduta e devem ser imitados, enquanto outros modelos devem ser evitados. Os *exempla* constituem o eixo de sua narrativa, assim como nas histórias de Tito Lívio.

Ao organizar seu paradigma de tirania e ressaltar os retos governos, Aurélio Victor esclarecia à aristocracia e aos governantes os caminhos que deveriam ser deixados para trás e os que poderiam ser percorridos, sob o seu ponto de vista. Sua obra está repleta de mensagens pertencentes ao círculo no qual estava inserido, um ambiente aristocrático e guardião das tradições romanas.

4. LICINIO GALIENO: O TYRANNUS MODELAR DE AURÉLIO VICTOR

Certamente estas honras foram extorquidas pela força, posto que os crimes de Galieno não podem ser ocultados, e, enquanto existirem cidades, os piores [governantes] sempre serão considerados iguais e semelhantes a ele.¹⁷

Apesar de Aurélio Victor apresentar em sua obra diversos *tyrannus*, nesse trecho o autor esclarecia a seu público que Licínio Galieno (*imperator* de 253 a 268) era o arquétipo essencial do governante funesto. Observa-se a evidente intenção do historiador tardo-antigo em comparar as ações de Galieno com as dos outros governantes, considerados piores que ele ou semelhantes. Neste ínterim, é evidente a noção da construção de um anti modelo em torno desse personagem. Galieno foi o “*tyrannus* modelo” apresentado no *Liber de Caesaribus*. Aurélio Victor aponta a apreensão dos sábios perante o indivíduo já em sua nomeação a César, sob o *imperium* de seu pai, Licínio Valeriano: “Os sábios predisseram um desastre para os assuntos públicos devido a natureza dissoluta do jovem.”¹⁸ Desastre, este, concretizado durante os anos de seu governo.

Para edificar seu paradigma de *tyrannus*, Aurélio Victor enfatizou a ação de Galieno frente a grande onda de migrações dos povos bárbaros para os territórios romanos. O autor evidenciou a ameaça almana estabelecida sobre a própria Itália e os povos francos, depois dos saques cometidos por tais bárbaros na Gália, na Hispania e da devastação da cidade de Táraco. Perante essa situação calamitosa, Galieno empregava esforços para convencer o público ignorante (*ignaris publici*) dos males da *res publica* de que a situação era pacífica. Organizava jogos e celebrava triunfos para simular que uma “falsa serenidade” pairava sobre os romanos. Contudo, abandonou Roma quando o perigo aproximou-se. Portanto, sabia que o *imperium romanorum* corria riscos. Assassinado em uma conspiração pelo seu próprio exército, sua morte não foi vingada porque, segundo Aurélio Victor, não se conhecia o autor da ação ou porque essa havia ocorrido para o bem comum.¹⁹

O historiador lamentava que, sob o *imperium* de Galieno, os costumes se denegriram devido à atuação daqueles que buscavam o próprio interesse, não mais o bem-estar da *res publica*. Por isso, os crimes de Galieno não podiam ser acobertados. Na ocasião, percebe-se, claramente, a intenção do autor em direcionar as ações do seu público leitor através de seus escritos. Aurélio Victor manifestava-se como

¹⁷ AURELIO VICTOR, 33, 29.

¹⁸ AURELIO VICTOR, 32, 4.

¹⁹ AURELIO VICTOR, 33, 22.

responsável por relatar tais crimes cometidos contra a própria Eternidade de Roma. Perante a *tyrannia* de Galieno, o autor evocava a credibilidade da memória para que os maus indivíduos não alcançassem a eterna e ilustre fama.²⁰ Memória então preservada pela escrita e que, finalmente, através da história poderia perpetuar as ações humanas e amparar decisões futuras; diferenciar o bom do mau, o correto do incorreto, o tirano do bom governante. Portanto, o papel de Aurélio Victor como proclamador de um discurso anti tirânico e proclive ao reto usufruto do *imperium*, novamente, o introduz em um ambiente aristocrático, responsável pela conservação e proclamação das tradições romanas, amparado no saber de pessoas bem preparadas, bem formadas e partícipes do círculo de poder.

Imbuído de caráter divulgador e mantenedor das tradições, Aurélio Victor segue sua obra com a tomada das terras romanas por toda a sorte de bárbaros. A *pars orientalis*, por exemplo, era governada por Zenóbia, viúva de Septimo Odenato que havia sido nomeado *dux* pelo próprio Galieno. Até mesmo os territórios conquistados por Trajano foram perdidos para os bárbaros. Neste ínterim, Póstumo (206-269) apoderou-se do poder imperial na Gália e foi considerado o primeiro dos *imperatores* galos. Com sua morte, outros tantos indivíduos daquela região tomaram o poder. Aurélio Victor lastima que, com essas atitudes, as virtudes e o *imperium* haviam se tornado objetos de desonra (*ludibrium*).²¹ Portanto, os atos de Galieno evidenciavam o desprezo pela manutenção da primazia romana, quer fosse no universo das virtudes, quer do próprio poder imperial. Esse governante chegou a reconhecer a legitimidade de muitos bárbaros na liderança de algumas regiões tomadas do *imperium romanorum*, como é o caso de Zenóbia, que governou o Oriente desde Palmira, depois da morte de seu marido. A par e passo do oferecimento de parte do poder de mando dos romanos aos líderes bárbaros, sob o ponto de vista de Aurélio Victor, Galieno reconheceu a barbárie como legítima e a incluiu no universo daquela sociedade que prezava pelas virtudes. A *humanitas* romana agora caminhava lado a lado com a *crudelitas* bárbara; aquela não mais excluía a selvageria, pois as atitudes do *imperator* legitimaram os vícios. O próprio governante abandonava sua esposa Salomina e a amante Pipa, filha de Átalo, rei dos germanos, para frequentar tabernas e fazer amizades com bêbados. Aquele que tinha como obrigação olhar pelo consenso público, pelo reto governo e pela *humanitas* convidou a *crudelitas* para integrar o cotidiano romano.

Na documentação a nós herdada pelos romanos, as percepções dualistas pululam os textos. Os homens de saber que se debruçavam sobre escritos propagadores da hegemonia dos romanos, através de seus textos, instauravam em torno de si um círculo cultural organizado e ideal àqueles que absorviam suas tradições e influências. Assim, materializava-se o que era considerado civilizado e legítimo. Observamos outras contraposições frequentes nos discursos dos homens daquela época: leis/deseordem; justiça/injustiça; civilidade/barbárie; cidade/floresta. Entendamos esses modelos como limites construídos a partir de ideologias propagadas na época, contudo consideramos a “realidade” ocorrida entre tais fronteiras nitidamente organizadas.

Esses modelos dicotômicos, no entanto, são importantíssimos do ponto de vista didático, pois auxiliam os pesquisadores na tarefa de analisar os discursos elaborados no processo histórico. A alteridade é a condição primordial para a construção de identidades internas ou externas a uma sociedade; institui códigos demarcadores de semelhanças e diferenças entre os grupos. Em conjunturas de crises e de conflitos tendem a evidenciar as dimensões negativas do “outro”. A propósito do discurso elaborado por homens de saber ao longo da Antiguidade Tardia, os romanos mantinham alcunhas de *civilizados*, *humanos*, *justos*, enquanto aqueles grupos que se mantinham longe da tradição greco-latina eram *bárbaros*, *in-humanos* e *injustos*.

O cenário de barbárie instaurado por Galieno foi propício para que, especialmente em algumas facções militares, se acumulassem homens propensos à avaréza, a revoltas e a cometer e ocultar fraudes. Enquanto esses desvios dos costumes romanos se sucediam, Galieno concentrava-se em seus próprios

²⁰ AURELIO VICTOR, 33, 26.

²¹ AURELIO VICTOR, 33, 10.

desejos: organizava jogos e celebrava triunfos para dissimular os riscos aos quais o *imperium romanorum* estava exposto. Por conseguinte, observa-se que o poder que deveria zelar pelo bem comum era utilizado em benefício próprio. Não bastasse isso, a aproximação do perigo bárbaro fez com que governante abandonasse Roma, deixando a cidade à mercê dos inimigos. Mais ainda, o tirano não tomou nenhuma providência diante da crise que corrompia o exército. Pode-se sugerir que, ou era complacente com a situação e com os vícios que se proliferavam neste ambiente, ou era omissa a este contexto. Em ambos os casos, sua atitude violava os costumes daquela sociedade. O exército não servia mais ao público romano, somente aos próprios interesses, assim como o *tyrannus*. Buscava-se cada vez mais o poder e não se almejava mais a glória, o reconhecimento público das ações dignas. Além disso, Galieno incitava os vícios, quer fosse propositadamente ou por negligência. Neste cenário, o *imperator* já não era mais o protetor e o mantenedor da ordem romana, mas sim um *tyrannus* que satisfazia suas próprias vontades em detrimento do bem público e da ordem romana.

Além de toda perturbação à ordem, Aurélio Victor ainda denuncia mais uma falta de respeito cometida por Galieno com relação à tradição romana. Este foi o primeiro *imperator* que proibiu que os senadores seguissem a carreira militar e servissem ao exército, conforme o historiador, “por medo de sua própria indolência e de que o poder imperial passasse às mãos dos nobres mais distinguidos, proibiu os senadores de seguir carreira militar e servir ao exército”.²² Novamente o escritor destacou a negligência do governante, tanto com relação à *socordia* (indolência), como no que tange os próprios costumes daquela sociedade. Galieno temia sua própria carência de ação, mas quando agia, tomava atitudes impróprias para a manutenção da ordem romana. Diante disso, como representante de um grupo guardião das tradições romanas, Aurélio Victor condenou Galieno a ocupar o lugar entre os condenados, embora o Senado tenha sido obrigado por Cláudio II, o Gótico, a deificar esse *imperator*.

5. UMA CONSTRUÇÃO DA TRADIÇÃO FAMILIAR CONSTANTINIANA

Pouco antes de morrer, Galieno enviou as insígnias imperiais para Cláudio II, o Gótico, aclamado *imperator* pelos soldados em 268. Ao contrário de seu antecessor, Marco Aurélio Cláudio mostrou-se disposto a enfrentar a ameaça bárbara. Então, dedicou sua vida a *res publica* e derrotou os bárbaros.²³ Com esse argumento, Aurélio Victor intensificava, ainda mais, os atos atrozados cometidos por Galieno e a falta de consideração deste governante para com a hegemonia romana, visto que o autor constatou que os romanos tinham a capacidade de vencer os inimigos e não o fizeram antes por negligência de Galieno.

O discurso elaborado por Aurélio Victor em torno da figura de Cláudio II ressaltava as ações deste governante não só no que se refere à expulsão dos bárbaros das terras romanas, mas também no que diz respeito ao dever do *imperator* de manter a salvo todos os cidadãos. Os argumentos escolhidos pelo escritor para qualificar Cláudio II evidenciam a comparação entre o bom e o mau governante, este encarnado na figura de Galieno e aquele em Cláudio. Primeiro os vícios e as atitudes desmoralizantes são apresentadas, a fim de marcar um governante errôneo, tirano. Vícios abundantes na biografia de Galieno. Em seguida, as virtudes e as ações benéficas a *res publica* determinam o “verdadeiro primeiro cidadão do senado e de todos os cidadãos”.²⁴ Logo, observa-se a comparação entre um anti modelo e um modelo; o que deve ser rechaçado e o que deve ser insistentemente buscado.

Ao realçar os feitos de Cláudio II, o escritor não só exaltava este governante como também fundamentava suas futuras gerações, ou seja, a dinastia constantiniana, uma vez que o autor enfatizava que as atitudes deste *imperator* não alimentavam apenas sua glória, mas também a fortuna de seus sucessores.²⁵ Cláudio foi descrito por Aurélio Victor como um homem justo e dedicado às questões públicas;

²² AURELIO VICTOR, 33, 34.

²³ AURELIO VICTOR, 34, 4.

²⁴ AURELIO VICTOR, 34, 4. “[...] *revera senatus atque omnium princeps erat*” (T.A.).

²⁵ AURELIO VICTOR, 34, 6-7.

capaz de reviver a maneira de ser dos Decios, por sua vez exaltados pelo historiador ao perseguirem os bárbaros além do Danúbio e morrerem de forma honrosa no campo de batalha em uma luta audaz.²⁶ Assim como ocorrera na época dos Decios, também os bárbaros foram banidos do *orbis romanorum* por Cláudio, “depois que o *imperator* ofereceu sua vida pelos assuntos públicos”.²⁷

Embora Cláudio, um *imperator* ilírio, não tivesse efetivamente nenhum vínculo com a família de Constâncio II, seu prestígio o tornou base de um discurso “identificador” e legitimador, no qual foi tido como o antepassado de Constâncio Cloro, não apenas para Aurélio Victor. Sob este ponto de vista, o escritor do *Liber de Caesaribus* já esboçava os princípios da legitimação de Constâncio II, ao buscar em seus supostos antepassados atitudes balizadoras de um verdadeiro governante, sempre disposto a se lançar na tarefa de defender os cidadãos.

Aurélio Victor não investiu muitas linhas de seu texto para adornar a figura de Constâncio Cloro, avô de Constâncio II. Limitou-se a atestar que aquele fora um bom governante, ainda que pouco culto, entretanto, bem educado devido às dificuldades do campo e do exército.²⁸ Contudo, o autor não deixou de mencionar a concórdia integrante dos talentos naturais daquele *imperator*.

Constantino, por sua vez, foi apresentado como detentor de um espírito forte e poderoso, que “desde criança estava dominado pela paixão de governar”.²⁹ Era propenso a erudição, a elegância e a cortesia, virtudes que o elevaram às estrelas.³⁰ Além disso, possuía todas as grandes qualidades, com exceção da moderação.³¹ Depois de levar a paz às Gálias, Constantino lançou-se contra Maxêncio para defender a cidade de Roma, a Itália e a África.³² Nessa passagem Aurélio Victor definiu Maxêncio como um *tyrannus* capaz de saquear e incendiar Cartago, bem como outras terras de África. O historiador, então, citou as ações de Constantino em contraposição a esta atitude feroz (*ferus*) e inumana (*inhumanus*) levada a cabo pela *tyrannia* de Maxêncio. Aurélio Victor, claramente, agregou ao indivíduo responsável pela destruição de parte da África – sua terra natal – a alcunha de *tyrannus*, e àquele que venceu este inimigo cabia os méritos. Deste modo, devido a sua vitória sobre Maxêncio, entre outras edificações erguidas em sua honra, o autor enfatizou que Constantino mereceu ter a basílica e o templo de Roma consagrados aos Flávios; bem como ter um sacerdócio em tributo à sua família decretado em África, como já exposto anteriormente neste artigo.

Nesse ínterim, além de confrontar um anti modelo (Maxêncio) e um modelo (Constantino), Aurélio Victor aproveitou para reforçar a imagem virtuosa construída em torno da dinastia constantiniana e, conseqüentemente, reconhecer e legitimar o poder de Constâncio II.

Além da atenção destinada às virtudes de Constantino, Aurélio Victor atribuiu a este *imperator* a preocupação de fundar cidades, regular as práticas religiosas, reorganizar o exército e combater os persas – os quais tinham iniciado uma nova guerra. A partir da disposição das virtudes e dos feitos de Constantino, o escritor caracterizou-o como um *optimus princeps*, embora não apresente essa expressão em sua obra. Para Aurélio Victor, Constantino era um fundador (*conditor*), um deus (*deus*) – dentre algumas expressões utilizadas pelo historiador para qualificar Constantino.

Aurélio Victor chegava, enfim, ao personagem central de sua obra, aquele que deveria ser legitimado: Constâncio II. Ao delinear os contornos de Constâncio II como um bom governante, novamente o historiador lança mão do paradigma “ruim”/”bom”:

²⁶ AURELIO VICTOR, 29, 4.

²⁷ AURELIO VICTOR, 24, 5.

²⁸ AURELIO VICTOR, 39, 24 -29.

²⁹ AURELIO VICTOR, 40, 2.

³⁰ AURELIO VICTOR, 40, 13-14.

³¹ AURELIO VICTOR, 41, 3.

³² AURELIO VICTOR, 40, 16-20.

[...] Vetrano, totalmente inculto e bastante tolo, por isso o pior devido a sua grosseira insensatez, havia usurpado o poder, quando desempenhara o cargo de chefe de infantaria entre os ilírios, a pesar de ter surgido dos lugares mais áridos de Mesia.

Constâncio, dez meses depois, graças a força de sua eloquência, o derrubou do poder imperial e o condenou a vida privada. Foi o único que alcançou esta glória, desde o nascimento do *imperium*, por sua oratória e clemência.³³

Vetrano, além de ser caracterizado como o usurpador, também foi apresentado como o insensato, inculto e tolo. Logo, Aurélio Victor expunha uma ação (usurpação do poder) e adjetivos próprios de um mau governante. Em seguida, o autor apresentava o bom governante, Constâncio II, praticante da eloquência e da clemência. Lembremos que faz parte dos artifícios da retórica denegrir uma imagem e confrontá-la a uma figura potente, a qual se deseja enaltecer. Essa estratégia de escrita propõe mais vigor a comparação e evidencia o que deve ser seguido e o que deve ser evitado. Como podemos observar, Aurélio Victor lançou mão desse tipo de argumentação em toda sua obra.

Por outorgar grande valor aos estudos e à boa formação, como mencionado anteriormente, na edificação da imagem de Constâncio II, Aurélio Victor enfatizou os dons provenientes da eloquência desse governante. Dádiva que aclamou, pela primeira vez, um *imperator*, a partir de um discurso bem pronunciado, sem a necessidade de derramar sangue. O historiador salientou que “o talento oratório é importante não só na paz, como também na guerra”.³⁴

Além de conhecedor das letras e da oratória, Constâncio II era um hábil combatente; capaz de dominar suas paixões e desejos. Recobrou a calma entre os romanos ao enfrentar guerras civis e conflitos externos contra muitos povos bárbaros e indivíduos *tyranni*. Sabia que a vida dos bons imperadores dependia da tranquilidade da *res publica*. Desse modo, Aurélio Victor vinculou a manutenção da ordem romana às ações desse governante. Caso os feitos do imperator se inclinasse para a tirania, a desordem prevaleceria e o *imperium* perderia sua razão de ser. Diante disso, a própria Roma deixaria de ser eterna. Como integrante do círculo detentor do poder romano, Aurélio Victor não podia deixar os conflitos predominarem e obscurecerem a hegemonia romana. Por isso, era necessário realçar as atitudes de um bom governante, para servirem de exemplo para o atual detentor do *imperium romanorum*. A par e passo, o historiador construiu uma imagem de Constâncio II coerente com as atitudes dos imperadores que governaram de maneira adequada (ao menos sob o ponto de vista daquele grupo ao qual Aurélio Victor pertencia).

O *Liber de Caesaribus* foi finalizado com um elogio e uma advertência a Constâncio II: “[...] assim como ninguém é mais como preclaro que o próprio *imperator*, ninguém é mais cruel que a maioria de seus subordinados”.³⁵ Assim, terminava mais um livro responsável por transformar Constâncio II, o imperador, em um cidadão especial, o primeiro entre eles. Não bastasse o legado de sua família, esse governante se distinguiu dos demais romanos devido a suas ações, norteadas por virtudes.

Ainda em tempo, Aurélio Victor emitia um alerta com relação às atitudes cruéis que poderiam ser cometidas pelos súditos de Constâncio II. Nesse caso, supõe-se que o historiador recomendava ao imperador cercar-se de conselheiros e funcionários bem preparados para governar, visto que estes *optimates* (melhores cidadãos), em concordância, também desejavam a preservação da *res publica*, a manutenção da ordem e a eternidade romana. Portanto, ao conservar ao seu lado esses cidadãos, o governante manteria afastados e sob controle os indivíduos cruéis. Dessa forma, evitaria os maus conselhos, os quais poderiam levar o próprio imperador à morte ou a cometer atos letais à *res publica*. Esta noção de bons e maus conselheiros já havia sido adotada anos antes por *Aelius Lampridius* em sua *Vita Alexander Severus*, obra integrada à *Historia Augusta* e oferecida a Constantino. Conforme aponta *Frighetto*,³⁶ *Lampridius*

³³ AURELIO VICTOR, 41, 26; 42, 1-2.

³⁴ AURELIO VICTOR, 42, 4.

³⁵ AURELIO VICTOR, 42, 25.

³⁶ FRIGHETTO, Renan. Idéias e práticas políticas na Antiguidade Tardia: construções ideológicas, exercício do poder político e a força da tradição política do mundo clássico greco-latino. Texto apresentado no Evento *Transferências Culturais* (realizado na UFPR – 1º Semestre de 2008) (Texto inédito).

tomou como exemplo a errônea atitude de Alexandre Severo que se serviu de maus amigos (*amici mali*) como conselheiros e não ouviu as advertências senatoriais. Vítima da inveja de seus falsos amigos, o último imperador da dinastia dos Severos foi morto. Deste modo, percebemos a intenção de Aurélio Victor em ressaltar que os bons conselhos emanavam de homens bem preparados, ou seja, membros da aristocracia romana.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecedor de um universo literário de seu tempo e mediante a própria estruturação de sua obra, pode-se aceitar que Aurélio Victor seguiu os princípios da *Historia Augusta* em seu *Liber de Caesaribus*. Essa prática literária, amplamente difundida no século IV por vários autores, seguia os princípios aplicados por Suetônio em sua *De Vita Caesarum*, no final do século I e início do século II, mesclando ações públicas e privadas nas *vidas* descritas. A Aurélio Victor interessava a política interna e externa dos governantes tanto quanto o comportamento privado destes cidadãos (as relações desses homens com seus filhos, esposas, amantes e amigos), visto que as virtudes e os vícios se revelavam em todas as ações humanas.

No século IV, escrever a História de Roma e compor biografias dos governantes desse universo eram atividades correlatas. Os textos esclareciam, recordavam e/ou ensinavam aos leitores, romanos ou não, a História de Roma por meio das vidas dos *imperatores*. Histórias, estas que, fundamentadas na tradição, enalteciam os grandes feitos daqueles homens em prol do bem comum dos romanos e do *imperium* de Roma, ao mesmo tempo em que denegria a imagem dos que não deveriam servir de exemplo para corretas decisões. Quando não apagados da memória romana, pela danação da memória, os maus governantes eram a encarnação do mau exemplo, do *tyrannus*. A utilização pedagógica dos binômios bom/mau, *optimus/tyrannus* tornavam ainda mais sublime os corretos administradores do *imperium romanorum*; aqueles que não lançavam mão do poder dos romanos em benefício próprio, por isso eram homens virtuosos e dignos de governar. As virtudes e ações laudadas nestes textos tornavam-se elementos efetivos de sustentação do *imperium* nas mãos de determinados *imperatores*.

Ao produzir suas histórias abreviadas, Aurélio Victor relacionou os acontecimentos passados que impulsionariam ações consideradas corretas no presente e no futuro e podariam as possíveis más intenções dos administradores do *imperium romanorum*.

Por ter sua formação inicial, ainda em África, estimulada devido às ações de Constantino e por integrar o círculo de poder em torno de Constâncio II, não é de se estranhar a construção de uma tradição familiar constantiniana proposta por Aurélio Victor. Tradição, estruturada em torno da consagração das virtudes dos membros dessa dinastia em contraposição aos vícios dos *tyrannus*. Não à toa, o autor destacava que as atitudes de um bom governante não sustentavam apenas sua glória, mas também os caminhos de seus sucessores.³⁷

Além disso, diante dos exemplos de Constantino e de seus antepassados, reconhecidos e/ou instituídos pelos escritos da época, Aurélio Victor não desejava, apenas, legitimar o poder de Constâncio II, mas também aspirava instruir este governante para que o *imperium romanorum* fosse exercido corretamente, conforme o *mos maiorum*. O autor acreditava que a *res publica* – administrada pelo *imperator* em conjunto com a sabedoria dos *optimates* – garantia a salvaguarda e a hegemonia dos romanos. Os melhores cidadãos haviam sido formados para reconhecerem e seguirem os princípios do consenso público. Portanto, o mundo em que vivia, seu contexto e os discursos propagados pelos escritores da época permitia a Aurélio Victor lançar mão dessa noção de preservação da ordem romana através dos corretos conselhos advindos de um seleto grupo aristocrático. O autor queria garantir, sim, os direitos de seu grupo, mas também desejava afiançar a supremacia de Roma, conseguida pela correta adminis-

³⁷ AURELIO VICTOR, 34, 6-7.

tração da *res publica*, percebida no século IV como um conceito de “assunto público” a ser protegido pelo bom governante, não mais entendida como uma forma de governo, com instituições próprias. No contexto de Aurélio Victor, o mais grandioso bem público a ser defendido pelo governante e seu círculo de poder era o próprio *imperium romanorum*.

Simultaneamente, no *Liber de Caesaribus*, Aurélio Victor buscava assegurar a importância do papel da figura imperial e do círculo formado ao seu redor, legitimando ambos. Sob o ponto de vista deste historiador, zeloso pela antiga tradição, somente o reto governo – em prol do *imperium romanorum* e, conseqüentemente, do bem comum – preservaria a *aeternitatis Romae*, e toda a elaboração de seu discurso tende a corroborar esta noção.